

Ortografistas e “Bons Autores”: O Papel da *Auctoritas* na Definição do Cânon Ortográfico de Setecentos¹

Ana Paula Banza

anabanza@uevora.pt

Universidade de Évora (UE) / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS-UE) (Portugal)

ABSTRACT: The instrumental conception of grammar – strongly conservative and regulated, which originated in Alexandrian grammarians and that would last until the twentieth century – continued the important role of the so-called “good authors” in the definition of grammatical *canon*, including spelling, which is justified given that in addition to the regulation of linguistic behavior, this instrumental conception also included the access to literary texts.

However, like the grammarians themselves, these “good authors”, among which stands out Vieira, are conspicuous by their irregularity and the tendency to form individual spellings.

From the practice of some of the most relevant authors in the metalinguistic literature of the eighteenth century, particularly João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) and Francisco José Freire (1719-1773), the present paper analyses the role of *auctoritates* of the “good authors” establishing the *canon* for spelling in their time and how this role would begin to change, particularly in Madureira Feijó, thus anticipating its decline.

KEYWORDS: Historiography; Grammar; Spelling; *Auctoritas*; XVIII Century; Metalinguistic works.

RESUMO: A concepção instrumental de Gramática – fortemente conservadora e normativa, com origem nos gramáticos Alexandrinos e que se prolongaria até ao séc. XX – prolongou também o papel de relevo dos chamados “bons autores” na definição do cânon gramatical, incluindo a ortografia, o que se justifica atendendo a que, além da regulamentação do comportamento linguístico, esta concepção instrumental compreendia também o acesso aos textos literários.

No entanto, à semelhança dos próprios gramáticos e ortografistas, estes “bons autores”, entre os quais se destaca Vieira, primam pela irregularidade e pela tendência para a constituição de ortografias individuais.

A partir da prática de alguns dos autores mais relevantes na literatura metalinguística de Setecentos, em particular João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) e Francisco José Freire

¹ Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702).

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) / Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

(1719-1773), analisa-se o papel de *auctoritates* dos “bons autores” no estabelecimento do cânon ortográfico da época e a forma como este papel começaria a alterar-se, particularmente em Madureira Feijó, antecipando, assim, o seu declínio.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Gramática; Ortografia; *Auctoritas*; Séc. XVIII; Obras metalinguísticas.

1. Introdução: a conceção instrumental de Gramática no português

Como é sabido, até ao séc. XX, a Gramática era encarada como um instrumento de regulamentação do comportamento linguístico e de acesso aos textos literários. Só na sequência do aparecimento das grandes correntes da linguística moderna esta conceção instrumental de Gramática daria lugar, primeiro, a uma abordagem descritiva e, a partir dos anos 50, à consideração da Gramática, em simultâneo, como um subsistema mental: conhecimento implícito da língua — a gramática do falante; e a descrição desse conhecimento: conhecimento explícito da língua — a gramática do linguista.

A conceção instrumental de Gramática, que aqui nos interessará para a questão em apreço, é, pois, fortemente conservadora e normativa, como não poderia deixar de ser, na medida em que radica na longa tradição greco-latina, iniciada com os Gregos no período alexandrino (sécs. III/II a. C.), mas que, no entanto, reflete toda a experiência anterior de reflexão sobre a linguagem entre os filósofos desde a época pré-socrática. O interesse em estudar a língua — na altura apenas a grega e então já considerada como objeto autónomo de descrição científica — como parte dos estudos literários apresentava como principais motivações o desejo de tornar acessíveis aos contemporâneos as obras de Homero e a defesa do “uso correto” da língua a fim de preservar o grego clássico de corrupções. Estes objetivos, muito práticos, encontram-se na *Téchnē grammatikē*, de Dionysius Thrax (170-90 a. C.), como, *mutatis mutandis*, no *De língua latina*, de Varrão (116-27 a.C.) e, de forma implícita ou explícita, em todos os autores clássicos gregos e latinos. Nesta tradição, que está na base daquilo a que Auroux chamou um processo de “gramatização massiva”² (Auroux, 1992: 11), a

² “Au cours de ces treize siècles d’histoire [V-XIX], nous voyons se dérouler un processus unique en son genre: la *grammatisation massive*, à partir d’une seule tradition linguistique initiale (la tradition gréco-latine; voir volume I, chapitre III), des langues du monde. Cette grammatisation constitue après l’avènement de l’écriture au troisième millénaire avant notre ère la *deuxième révolution technico-linguistique*. Ses conséquences pratiques pour

visão da gramática como “conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores” (Dionysius Thrax *apud* Chapanski, 2003: 21), omnipresente na Antiguidade, atravessaria incólume o período medieval, a gramatização dos vernáculos e o desenvolvimento da imprensa — duas facetas “da mesma revolução técnico-linguística”³ (Auroux, 1992: 25) — e chegaria ao séc. XX, apesar de, a partir da Idade Média, ter enfrentado conceções concorrentes e a introdução de novos ou renovados parâmetros orientadores da análise linguística a par da tradição e da autoridade, nomeadamente o uso e a razão.

Na base desta conceção, além dos objetivos supra referidos, mas em estreita articulação com eles, deve ter-se em conta uma visão negativa da variação, em geral, e da mudança linguística, em particular, como destruidora; visão que chega também até ao séc. XX e sem a consideração da qual não é possível contextualizar adequadamente a conceção de Gramática em causa. É neste contexto que os textos escritos/uso dos “bons autores”, os clássicos, assumem, na tradição greco-latina em que se filia a gramática ocidental, o papel de *auctoritates* na definição do cânon gramatical (conceito, aliás, fortemente associado a esta conceção de Gramática). Os “poetas e prosadores”, já referidos por Thrax, funcionaram assim, desde então, como modelos linguísticos e literários, garantindo, em simultâneo, a preservação do bom uso da Língua e o acesso aos textos do seu período áureo e resolvendo ainda, facto não despidendo, os problemas levantados pela variação, sincrónica e diacrónica.

A tradição gramatical portuguesa segue, naturalmente, esta conceção de Gramática como um “modelo” do que a Língua deve ser e a que, como tal, os seus cultores devem aspirar, particularmente no que à escrita diz respeito.

Assim, no *Settecento* português, marcado por uma grande e significativa produção de cariz metalinguístico, o cânon gramatical, incluindo a ortografia,

l’organisation des sociétés humaines sont considérables. Cette révolution, qui ne sera achevée qu’au XX^e siècle, va créer un réseau homogène de communication initialement centré sur l’Europe.” (Auroux 1992: 11).

Veja-se também Auroux (1992: 28): “Par grammatisation, on doit entendre le processus qui conduit à *décrire* et à *outiller* une langue sur la base des deux technologies, qui sont encore aujourd’hui les piliers de notre savoir métalinguistique: la grammaire et le dictionnaire.”

³ “La grammatisation des vernaculaires européens est postérieure à la première utilisation occidentale (1447) et à l’extension de l’imprimerie. Elle en accompagne le développement et celui-ci est une cause non négligeable dans son succès; c’est pourquoi on doit considérer que les deux font partie de la même révolution technico-linguistique.” (Auroux 1992: 25).

é ditado por autores — gramáticos e ortografistas, mas também lexicógrafos — que, regra geral, tomam como modelos os cultores “clássicos” da Língua, isto é, os “bons autores” da tradição literária, neste caso a portuguesa, que funcionam como *auctoritates*, não se afastando, neste aspeto, da tradição do discurso gramatical desde a Antiguidade.

Não caberia neste trabalho a discussão — sumamente interessante e que, por si só, justificaria um trabalho autónomo — da mediação das oficinas tipográficas, como já antes dos copistas, no que respeita à autoridade ortográfica dos Clássicos. Sendo certo que “na história do português [...] a ortografia uniforme é tão tardia que pode ser considerada uma reforma republicana” (Marquilha, 2000: 233), os objetos impressos a que os gramáticos e ortografistas teriam acesso refletiam, por vezes de forma muito marcada, as opções gráficas dos tipógrafos em detrimento das dos autores, como sobejamente mostram as edições críticas de obras cujo original manuscrito é conhecido e/ou de obras com diferentes impressões e/ou edições⁴.

2. O cânõn ortográfico no Setecento português

No que à ortografia diz respeito, o século XVIII produziu obras de grande relevância na constituição do cânõn ortográfico, entre as quais avulta a *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734), de João de Moraes Madureira Feijó (1688-1741), que aqui consideraremos de forma mais particular, mas onde também pontuam a *Orthographia da Lingua Portugueza* (1736), de D. Luís Caetano de Lima (1671-1757) e a *Orthographia* (1767), de Frei Luís do Monte Carmelo (?-1785); além de outras, menos conhecidas, como o *Breve Tractado de Orthographia* (1770), de João Pinheiro Freire da Cunha (1783-1811?), a *Orthographia da lingua portugueza, ou regras para escrever certo. Ordenadas para uso de quem se quizer aplicar* (1783), de Francisco Félix Carneiro Souto-Maior (?-?), a *Grammatica Philosophica e Orthographia*

⁴ Veja-se, a título de exemplo, o caso dos *Sermões*, de Padre António Vieira, cuja primeira edição, no caso do volume I (1679), revisto pelo próprio Vieira, teve pelo menos três impressões, que chegaram até nós aparentemente idênticas, mas com variantes de diferentes tipos que as distinguem, incluindo as ortográficas, que apresentam opções mais arcaizantes na impressão designada A, usada como *copy text* pelos autores da edição, e mais modernizadoras nas impressões B e C, ainda que nem sempre coincidentes entre si. Cf. Espírito Santo, Pimentel & Banza (2008: XIII-XVIII).

Racional da Lingua Portuguesa, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocábulos d'este idioma (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (c. 1736-1787) ou ainda *a Arte ou Novo Methodo de ensinar a ler a Lingua Portuguesa, a que se proporciona hum novo systema da sua orthografia* (1788), de Francisco Nunes Cardoso (?-?).

Além dos ortógrafos, no *Settecento* português, outros autores merecem também menção relevante nesta matéria por dela se terem ocupado, ainda que de forma episódica — tal é o caso de Luís António Verney, António José dos Reis Lobato, António Vieira Transtagano, Pedro José da Fonseca, Pedro José de Figueiredo, Francisco José Freire, António de Moraes Silva e o Cardeal Saraiva. Destes, ocupar-nos-emos particularmente de Francisco José Freire, sem dúvida aquele em que mais claramente se defende a autoridade determinante dos modelos clássicos em matéria linguística.

2.1. As Reflexões... de Francisco José Freire

A Reflexão “Sobre a autoridade dos Auctores Classicos da Lingua Portuguesa”, que inicia a Parte primeira das *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa*, daquele autor — escritas em 1768 mas publicadas apenas em 1842 —, obra já por nós estudada noutros textos⁵ e importantíssima para a compreensão deste como de outros aspetos da história e da historiografia da língua portuguesa da época, é muito clara, por um lado, quanto à necessidade de modelos e, por outro, quanto a quais possam ser esses modelos e em que recorte cronológico se situam; e esses são um conjunto de autores relativamente extenso⁶, que cronologicamente se situam entre

⁵ Cf. Banza (2015, 2013, 2012a, 2012b) e Gonçalves & Banza (2013).

⁶ “Além de Vieira, vários são os prosadores — pois é ao escritor de prosa literária que a obra se destina — apontados como clássicos pelo uso que, nas suas obras, fazem da Língua Portuguesa, nomeadamente: João de Barros, Frei Bernardo de Brito, Frei Luís de Sousa, Jacinto Freire de Andrade, Duarte Ribeiro de Macedo e Francisco Rodrigues Lobo, para citar apenas alguns dos autores considerados por Freire como de “primeira linha” na Literatura Portuguesa e, como tal, dignos de imitação.

Além destes, merecem também o nome de clássicos outros que, ainda que, segundo o autor, pecando pelo uso de vocábulos antiquados, são apreciáveis na “pureza do falar”. Tal é o caso de autores tão reputados como Severim de Faria, D. Francisco Manuel de Melo, Frei António das Chagas, os Padres Bartolomeu do Quental e Manuel Bernardes ou D. Luís de Meneses, para citar os mais conhecidos.

Por outro lado, e embora, como já se disse, a obra seja dedicada aos escritores de prosa literária, e, como tal, os modelos escolhidos sejam também preferencialmente cultores deste género, são também mencionados como modelos de pureza linguística autores de tratados científicos de diversas áreas — como Pedro Nunes (Astronomia), Gaspar Barreiros (Geografia), Luís Mendes de Vasconcelos (Arte Militar) e Fernão de Oliveira (Gramática) e mesmo poetas — como Camões, António Barbosa Bacelar, Baltasar Eçaço, Francisco de Sá de Meneses e António de Sousa Macedo, entre outros”. Banza (2012b: 10-11).

João de Barros (1496-1570) e Padre António Vieira (1608-1697). Os autores anteriores a Barros são considerados de linguagem bárbara, sendo os prosadores, com o exemplo das Crónicas dos reis antigos, acusados de usar um “estilo secco, cançado, e confuso” e os poetas, com o exemplo do Cancioneiro de Resende, acusados de não conhecerem o “polimento da Arte” (Freire, 1842: 7). Já os posteriores e a maior parte dos contemporâneos de Vieira, a que Freire se refere frequentemente ao longo da obra como “seiscentistas”, pecam, de uma maneira geral, segundo o autor, pelo mau gosto barroco, de que também Vieira, muitas vezes, não se livra no estilo, ainda que não na pureza da linguagem. Em todo o caso, não sobram dúvidas da preferência de Freire, entre os muitos modelos apontados, por João de Barros — que se empenhou em “dar regras seguras á Lingua, e em pratica-las nas suas obras, escrevendo-as com termos tão próprios, e puros, que mereceu ser chamado o fundador da pureza, e elegância da sua Lingua, com tanta justiça, quantos foram os merecimentos para também o apelidarem na Historia o Livio Portuguez” (Freire, 1842: 7) — e, acima de todos, por Vieira, que possuiu “em grau sublime todas as delicadezas, propriedades, e energia da sua língua” (Freire, 1842: 10). Em todos os casos, as *auctoritates* seguidas representam, no que à ortografia diz respeito, a tendência etimológica dominante.

Além dos autores clássicos, na aceção referida, as *auctoritates*, Freire considera também como fundamental um outro critério clássico na definição do cânon linguístico e ortográfico: “o uso...porque sem elle se contaminaria o fallar puro e correcto com vozes já fastidiosas, e decrepitas”. Não está em causa, no entanto, o uso do “vulgo ignorante” ou o dos “letrados pouco escrupulosos”, mas “o que floresceu, e floresce entre aquelles, que mais se distinguiram na pureza do falar próprio, genuino, e natural de sua nação.” (Freire, 1842: 6), estabelecendo-se, assim, uma distinção elitista entre o vulgo ignorante e os letrados, que, como adiante se verá, é recorrente noutros autores da época.

Por outro lado, é importante realçar que o “uso” é entendido, em grande parte, como o “uso da pronuniação”, evidenciando-se a cada passo alguma ambiguidade entre estes dois critérios, que envolvem também, além da consideração da oralidade – a “pureza do falar” – na escrita, a interseção entre diacronia e sincronia no estabelecimento da norma, uma vez que se

referem ao uso e pronúncia dos bons autores do passado, mas também ao uso e pronúncia dos letrados do presente: “uso... que floresceu, e floresce...”.

Freire, não sendo gramático, ortógrafo ou lexicógrafo, aborda, assim, nas suas *Reflexões...*, que constituem uma espécie de súmula normativa de diferentes aspetos da língua, da gramática à ortografia e à pronúncia, aqueles que, ainda que com diferentes pesos relativos, são, desde a Antiguidade Clássica, os pilares de qualquer obra metalinguística: etimologia/analogia, pronúncia e uso, sobrepondo, no entanto, os modelos/*auctoritates* a estes princípios. Assim, para este autor, mais do que seguir determinadas regras norteadas por determinados princípios, importa seguir os grandes autores clássicos portugueses, entre os quais sobressai como modelo máximo Vieira: “Seguir sempre em tudo e por tudo o falar de Vieira, é uma seguríssima regra de conseguir não só a pureza, mas o louvor de ter todo o conhecimento das subtilezas do idioma português” (Freire, 1842: I-10).

Muitos dos mais relevantes autores setecentistas, como D. Luís Caetano de Lima (1671-1757), D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) ou D. Rafael Bluteau (1638-1734), corroboram Freire na importância atribuída aos autores portugueses em geral e a Vieira em particular como *auctoritates* e ao seu peso, seja em matéria ortográfica, gramatical ou lexical, apontando-o frequentemente como modelo nas suas obras. Ainda que nem sempre de forma direta, como acontece em Freire, no capítulo supra referido, a maioria dos autores faz, efetivamente, prova da sua devoção aos clássicos, e a Vieira em particular, sobretudo pela grande frequência com que usam o seu exemplo linguístico – fundado, ele próprio, no profundo conhecimento do Latim e nas propostas etimologistas de autores como Duarte Nunes de Leão (1576), Magalhães Gândavo (1574), Álvaro Ferreira de Vera (1631) ou Amaro de Robredo (1615) – nas obras que assinam, sejam ortografias, gramáticas ou dicionários.

2.2. A *Orthografia*... de Madureira Feijó

Não assim Madureira Feijó (1688-1741). Embora, de uma maneira geral, esteja em sintonia com a maior parte dos seus contemporâneos, salvo Verney, em particular no que toca à defesa da etimologia, deles se afasta

em aspetos teóricos e metodológicos fundamentais, entre os quais o papel atribuído à *auctoritas* dos grandes autores clássicos portugueses na definição do cânon ortográfico que estabelece na sua *Orthographia*; mas não só. É também notória neste autor uma preocupação descritiva e explicativa dos critérios seguidos na elaboração da *Orthographia*, que pode considerar-se, a muitos títulos, moderna.

De uma maneira geral, pode dizer-se que Madureira, como era comumente designado pelos seus contemporâneos, apesar de surgir como “máximo expoente da corrente etimológica da ortografia portuguesa entre o século XVIII e o período das reformas, no século XX” (Gonçalves, 1992: 106), no que segue a tendência dominante na época, problematiza e justifica, de alguma forma, todos os princípios que segue na sua *Orthographia*, trazendo à colação questões que são modernas, como as problemáticas da relação entre oralidade e escrita, da sincronia e da diacronia, da mudança e da variação, motivo pelo qual se destaca entre os seus contemporâneos.

No que respeita à pronúncia, Madureira Feijó considera a sua importância na constituição do cânon ortográfico. No entanto, defende que “em nenhuma língua se pode regular com acerto, pela pronúncia das palavras a Orthografia das letras; porque nunca na pronúncia se exprimem em som distinto todas as letras...” (Feijó, 1734: 2), isto é, em nenhuma língua existe uma relação biunívoca (1 sinal-1 som/1 som-1 sinal) entre som e grafema. Por esse motivo, não pode a pronúncia ser critério determinante no estabelecimento de uma ortografia.

Paralelamente à pronúncia e confundindo-se, também aqui, frequentemente com ela, surge o uso que, reconhece o autor, “he sem duvida que (o uso) muitas vezes prevalece contra algumas regras particulares, e passa a ser ley na matéria... Mas este he aquelle uso geralmente introduzido, com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes; porque o mais he abuso” (Feijó, 1734: 5). Entende-se assim que, também para Madureira Feijó, o uso, embora seja aqui claramente o uso atual, não é ainda o uso “real” que o falante faz da língua, o do “vulgo”, mas antes o uso “ideal”, o dos letrados, baseado num sólido conhecimento do Latim, isto é, da ortografia latina, em que se deve basear a ortografia portuguesa.

Finalmente, Madureira Feijó reconhece ainda que o uso, como critério normativo a considerar no estabelecimento de um cânon, que é ortográfico

mas também ortoépico – não esqueçamos que a *Orthographia* é entendida como *Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* – apresenta ainda outras dificuldades, nomeadamente a variação, sincrónica, e a mudança, diacrónica, que fazem com que este não possa ser “ley inviolável da pronunção, ou regra infalível da Orthografia” (Feijó, 1734: 5), sendo o relacionamento das instâncias de diversidade, variação e mudança, com a instância de unidade representada pela norma e a consideração daquelas no estabelecimento desta última um fator de relevo na doutrina de Madureira Feijó.

Assim, tendo estabelecido que o uso não é lei segura, nem para a oralidade nem para a escrita, ainda que necessariamente deva ser considerado, e que a oralidade não pode também, pelas razões expostas, funcionar como modelo para a escrita, Madureira Feijó assume como modelo a escrita daqueles que bem falaram e bem escreveram, sendo que bem falar surge como condição *sine qua non* para bem escrever.

A relação estabelecida na *Orthografia* entre oralidade e escrita está, na verdade, ainda longe das teorias pós-saussureanas que vieram estabelecer uma distinção clara entre os dois modos de representação das línguas e a primazia do oral em relação ao escrito. Tal relação poderia descrever-se numa formulação como: “Deve-se escrever como se pronuncia, mas deve-se pronunciar como se escreve”. Efetivamente, a visão latinizante da língua e, em particular, da ortografia, presente na obra de Madureira Feijó, não se caracteriza propriamente, como se possa pensar, pelo desprezo pela pronúncia, mas antes pelo estabelecimento de uma espécie de elitismo linguístico que, por um lado, esbate as características específicas de cada um dos dois modos de representação das línguas, ao torná-los mutuamente dependentes, e, por outro, restringe a sua prática aos poucos letrados, que, conhecendo o Latim, podem assim pronunciar e, conseqüentemente, escrever de forma correta; o que se enquadra naturalmente no conceito instrumental e fortemente prescritivo de Gramática, que acima referimos. Para Madureira Feijó, como para muitos da sua época, “do saber pronunciar bem, nasce o acerto de bem escrever” (Feijó, 1734: 12), mas, por outro lado, a boa pronúncia deve basear-se na escrita dos bons autores que, por sua vez, deve basear-se na ortografia latina: “O certo he, que lendo nos Auctores as palavras Acto, Dicto, Digno, Damno, Prompto, etc, como vemos as letras,

com que escreverão, mas não ouvimos o som, com que pronunciarão, huns lem, e pronúnciao como sábios, louvão, e imitação: outros lem, e pronúnciao como néscios, estranhão, e reprovão." (Feijó, 1734: 9).

E chegamos aqui àquele que é o principal dos critérios clássicos seguidos por Madureira Feijó na *Orthographia*: a etimologia e a tradição dos bons autores, que a representam. O uso dos bons autores, nomeadamente dos autores portugueses, como modelo apresenta, para Madureira Feijó, um problema que não surge em Freire ou na maioria dos restantes autores da época. Considera ele dois tipos de autores portugueses: de um lado os Historiadores e Oradores, do outro os Ortógrafos, que partilham, na sua perspetiva, um mesmo problema: a falta de regularidade, paradoxo insuperável quando se trata de definir uma ortografia, que, enquanto instrumento de normalização linguística, é naturalmente incompatível com a irregularidade constante, não apenas nos autores, mas também nos gramáticos e ortógrafos, desde Fernão de Oliveira, de quem diz Nogueira (1933: 123-126), nos "Comentários finais" a propósito da sua *Grammatica*, que "a regularidade...nem sempre é notável". Esta é também a opinião de Madureira Feijó, que critica a discrepância comum entre a teoria e a prática dos autores: quanto aos Historiadores e Oradores, "huns, e outros bem podião servir-nos de exemplares para a imitação, se nos seus livros não achássemos huma notável variedade para o desacerto" (Feijó, 1734: 3) e quanto aos ortógrafos, de quem seria de esperar maior conformidade entre o que teorizam e a sua própria prática, "huns contradizem aos outros, e athe a si mesmos se contradizem (Feijó, 1734: 4).

Talvez por isso, o mais influente dos ortógrafos portugueses se apoie menos nos autores portugueses do que a maioria dos autores de obras de natureza metalinguística da sua época, sendo, inclusive, por esse motivo, acusado por Freire de produzir "muitas sentenças sem provas" (Freire, 1842: II-39). Efetivamente, Madureira Feijó não demonstra a mesma devoção de Freire, e de muitos outros, pelos clássicos portugueses e vai mesmo, por vezes, contra o seu exemplo – como é o caso na defesa da forma "vale", na terceira pessoa do singular do verbo "valer", contra a forma antiga "val", usada por Vieira e por outros clássicos, que reservam a forma com -e final para o imperativo (Feijó, 1734: 530). Afasta-se, assim, da generalidade dos seus contemporâneos, que comumente seguem os autores clássicos

portugueses como modelo – e Vieira em particular como o modelo dos modelos – nas gramáticas, ortografias e dicionários que, no séc. XVIII, contribuíram de forma significativa para a constituição de um *corpus* doutrinal vernáculo em português.

Não se trata, pois, na *Orthographia*, ao contrário do que, de forma extrema, se defende na obra de Freire, de prescrever que se deve escrever como determinados autores, clássicos portugueses, mas antes de prescrever determinados princípios, baseados na ortografia latina, nomeadamente o primado da etimologia e da analogia, de que são exemplo determinados autores, nomeadamente os clássicos latinos, que aqui surgem, de facto, mais como exemplo do que como modelo.

3. Conclusão: o cânon ortográfico de Setecentos e o declínio da *auctoritas*

Assim, e embora qualquer ortografia remeta necessariamente para o conceito de norma, e esta seja enformada por critérios, o que se verifica na definição do cânon ortográfico de Setecentos, marcado principalmente por Madureira Feijó, é que tais critérios assumem diferentes pesos e são mais ou menos problematizados no estabelecimento da teoria e da prática metalinguística da época em função dos diferentes autores. Assim, merecem reparo:

a) por um lado, o papel muito relativo e elitista concedido ao uso pela generalidade dos autores, mas que, em Madureira Feijó, surge claramente identificado com o uso da época e problematizado, identificando-se claramente como causas do fraco valor deste critério no estabelecimento de uma norma a sua subordinação a instâncias de variação sincrónica e diacrónica;

b) por outro lado, o papel igualmente relativo e elitista da pronúncia, que também se encontra noutros autores, mas que, em Madureira Feijó, é explicitado, estabelecendo-se de forma clara uma visão das relações entre o oral e o escrito em que o escrito, até porque é nele que se baseia a tradição, é assumido como primário, numa atitude a que podemos chamar pré-linguística e que se enquadra na conceção instrumental de gramática supra referida;

c) finalmente, no que toca aos autores modelares, representativos

do respeito pelo critério etimológico, contrabalançado por uma influência prudente da pronúncia e do uso, Madureira Feijó destaca-se por, ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, devotados, como Freire, a autores clássicos portugueses, como Vieira, fazer notar, acima de tudo, a irregularidade manifestada nas suas obras. Tal característica, comumente relacionada com a “tendência dos escritores para forjar ortografias individuais”, como nota Tavani (1987: 201), mas contrária, por natureza, a qualquer tentativa de estabelecimento de uma norma, leva-o a preferir, por esse motivo, o exemplo dos latinos, entre os quais sobressaem Cícero, Horácio, Séneca, Plínio, Tácito e Varrão.

Assim, ainda que o papel da *auctoritas* na definição do cânon ortográfico, e linguístico em geral, de Setecentos seja um facto indiscutível, sendo Freire um dos representantes máximos desta tendência, é importante notar que Madureira Feijó, embora isolado nesta atitude, que é já moderna, pela relevância que assumiu no panorama metalinguístico da época, que se repercutiria até ao século XX, pode ser visto como precursor do declínio do papel da *auctoritas*, em particular da dos clássicos portugueses, no estabelecimento do cânon ortográfico e linguístico da língua portuguesa, antecipando, assim, neste particular, as grandes mudanças que o conceito de Gramática viria a sofrer no século XX.

REFERÊNCIAS

- Auroux, Sylvain (Dir.). 1992. *Histoire des idées linguistiques, t2: Le développement de la grammaire occidentale*. Liège: Pierre Mardaga.
- Bacelar, Bernardo de Lima e Melo 1783. *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocábulos d'este idioma*. Lisboa: na oficina de Simão Thadeo Ferreira.
- Banza, Ana Paula 2012a. As Reflexões (1768) de Francisco José Freire e o Vocabulário (1712-1728) de Bluteau. In: Cestero Mancera, Ana M. et al (Eds.). *La lengua, lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de la Alfal (Alcalá de Henares, 6-9 de junio de 2011)*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2485-2494. Publicación en CD. Disponível em: <http://alfal2011.mundoalfal.org/>.

- Banza, Ana Paula 2012b. Reflexão metalinguística no séc. XVIII: o caso das Reflexões sobre a Língua Portuguesa, de Francisco José Freire". In: Kemmler, Rolf, Schäfer-Prieß, Barbara, Schontag, Roger (Eds.), *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte I*, Tübingen: Calepinus Verlag, 7-20.
- Banza, Ana Paula 2013. Reflexões sobre a pronúncia no séc. XVIII português. In: Val Álvaro, José Francisco et al (Eds.). 2012. *De la unidad del lenguaje a la diversidad de las lenguas. Actas del X Congreso Internacional de Lingüística General (Zaragoza 2012)*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 56-65. Publicación en CD. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/9225>.
- Banza, Ana Paula 2015. A questão do empréstimo nas Reflexões sobre a Língua Portuguesa (1768), de Francisco José Freire. In: Kemmler, Rolf, Schäfer-Prieß, Barbara, Schontag, Roger (Eds.). 2015. *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte II*. Tübingen: Calepinus Verlag, 5-19.
- Cardoso, Francisco Nunes 1788. *Arte ou Novo Methodo de ensinar a ler a Lingua Portuguesa, a que se proporciona hum novo systema da sua orthografia*. Lisboa: na Oficina de Simão Taddeo Ferreira.
- Chapansky, Gissele 2003. *Uma tradução de Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado em Linguística — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://www.classicas.ufpr.br/projetos/dissertacoes/GisseleChapanski-TekhneGrammatike.pdf>.
- Cunha, João Pinheiro Freire da 1770. *Breve Tractado de Orthographia*. Lisboa.
- Espírito Santo, Arnaldo do, Pimentel, Maria Cristina & Banza, Ana Paula 2008. *Sermões I, de Padre António Vieira*. Edição crítica. Lisboa: CEFi/IN-CM.
- Feijó, João de Moraes Madureira 1734. *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues. Disponível em: <http://purl.pt/13>.
- Freire, Francisco José 1842 [1768]. *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa, escriptas por Francisco José Freire, publicada com algumas annotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis. Disponível em: <http://purl.pt/135>.
- Gonçalves, Maria Filomena & Banza, Ana Paula 2013. Fontes Metalinguísticas para o Português Clássico – O caso das Reflexões sobre a Língua Portuguesa. In: Gonçalves, Maria Filomena & Banza, Ana Paula (Coord.). 2013. *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia*. Évora: CIDEHUS (série E-BOOKS, nº 1), 73-111. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/10468>.

- Gonçalves, Maria Filomena 1992. *Madureira Feijó, Ortografista do séc. XVIII. Para uma História da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: ICALP.
- Gonçalves, Maria Filomena 1996. Antigas Ortografias portuguesas e paralexigrafia no século XVIII. *Alfa*. São Paulo. 40. 103-117.
- Gonçalves, Maria Filomena 2003. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lima, D. Luís Caetano de 1736. *Orthographia da Lingua Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. Disponível em: <http://purl.pt/8>.
- Marquilhas, Rita 1991. *Norma Gráfica Setecentista. Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC.
- Marquilhas, Rita 2000. *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM.
- Monte Carmelo, Frei Luís do 1767. *Compendio de Orthographia com sufficientes catalogos, e novas regras, para que em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios, da Lingua Portuguesa : accrescentado com outros novos Catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes*. Lisboa: na Officina de António Rodrigues Galhardo. Disponível em: <http://purl.pt/9>.
- Nogueira, Rodrigo de Sá (Ed.). 1933. *Grammatica da lingoagem portuguesa por Fernão de Oliveira (1536)*. 3ª. Ed. Feita de harmonia com a primeira. Lisboa: José Fernandes Júnior.
- Souto-Maior, Francisco Félix Carneiro 1783. *Orthographia da lingua portugueza, ou regras para escrever certo. Ordenadas para uso de quem se quizer applicar*. Lisboa: Francisco Luís Ameno.
- Tavani, Giuseppe 1987. Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa. In: Castro, Ivo et al (Orgs.). 1987. *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Sá da Costa.